

Rei morto, rei posto

PAULO RABELLO DE CASTRO

O adágio pragmático sugere que os súditos não percam tempo: quando um rei morre, repõe-se logo o rei. Com o abalo sísmico das bolsas, o Plano Real I passou do resfriado ao coma profundo. Foi hospitalizado para exame de rotina e não saiu mais. Foi uma vida longa e bem-sucedida. Não há nada de extraordinário que o plano tenha esgotado seu ciclo, deixando como feito positivo a noção da moeda estável. É um grande legado.

O Plano Real I parte com dignidade. O que denunciam, então, os mercados ansiosos e desconfiados nesse momento? O que quer mostrar o próprio Governo ao elevar os juros à estratosfera e promover um formidável ataque fiscal ao bolso do brasileiro "para defender o plano econômico"?

Ambos os movimentos prenunciam a mesma coisa: que se extinguíram os fundamentos do Plano Real I — consumo com endividamento — que é preciso ir do Real I para o Real II o mais rapidamente possível. E por que, então, o nervosismo, a perda de reservas, os sintomas de pânico? A resposta vem logo: é porque não conseguimos, ainda, enxergar a cara do sucessor do Plano Real de 1994. O risco dessa transição é o Governo tentar manter o velho rei em coma profundo — porém vivo — enquanto a população segue, perplexa, rumo ao calvário do processo recessivo, sem consumo, mas com endividamento.

E o "novo", por onde anda? Esse novo Real vai ter de ser encontrado, vestido a toque de caixa pelos alfaiates oficiais. O novo plano é o que consolidará (ou não) a nossa moeda. Não se confunde com o pacote de emergência anunciado ontem. A revolução necessária nas contas públicas exige um nível de mobilização muito mais profundo do que o alcançável por revisões de custeio da máquina, ou elevações tópicas de impostos, e muito menos, gravame à saída de turistas na hora do embarque. O regime monetário do Real só será defendido se a elite política de Brasília tiver a capacidade de perceber a urgência do momento, a grandeza da oportunidade e a magnitude do potencial de desenvolvimento que poderá ser ativado a partir desta crise. Uma chance extraordinária abre-se à nossa frente para acelerar a escalada de transformações econômicas e sociais apropriadas à era do conhecimento e às exigências da globalização dos mercados. A topada da crise nos ajudará a caminhar se soubermos definir este novo rumo e reunirmos o

consenso moral para dar o primeiro passo.

Mas por que FH não teria enveredado desde 1994 por este caminho? Por que esticou tanto a vida do "velho" Real I? Para essas dúvidas, há duas respostas, uma certa e, outra, provável: a certa é que o político não gosta de oferecer soluções antes de sentir-se pressionado. A sociedade brasileira não queria mais a inflação; por isso veio o Real I, a parte monetária da transformação social. Porém, depois disso, ninguém parecia querer mais nada, salvo privatizar estatais para melhorar os serviços oferecidos. Isso, ele está fazendo. A população gostou de consumir mais. Ele deixou. Os empresários pediram reformas sem detalhar quais, nem como. FH mandou para o Congresso as "reformas" que interessavam ao caixa do Governo. Administrou o país pelo conta-gotas. Conviu bem com a pobreza de idéias do Governo, das oposições, das organizações civis, da opinião pública.

Há também uma outra explicação, sobre por que FH não definiu nem se mobilizou por reformas transformadoras. Nem ele, nem o Governo tucano teria conseguido definir, na partida do Governo social democrático, que reformas seriam as apropriadas ao desenvolvimento do país. Se isso for verdade, o Real II ainda precisa ser inventado. Tem que ser desenhado e deflagrado um ano antes da pretendida reeleição. O Real I está falecendo antes da melhor hora política.

Tem jeito? É claro que sim. A necessidade é mãe da oportunidade. O Plano Real I já propiciou uma boa base. O espírito empresarial mobilizou-se no Brasil como, há décadas, não acontecia. Os mais pobres começaram a ter esperanças. A classe média recusa-se a afundar. O compromisso do país não é mais só consigo mesmo, mas com seus cidadãos. A economia argentina atrelou-se à nossa: também eles passaram a depender de nós. Idem Paraguai. Idem Uruguai, Bolívia e Peru. Idem os investidores externos que estão fazendo posição no mercado brasileiro, apostando alto e pensando apostar mais ainda. O Brasil do Plano Real gerou compromissos de enormes implicações, que não poderão ficar pendurados pelas indefinições trazidas pelo *day after* da moeda estável. O pacote fiscal recém-anunciado é uma pálida percepção deste desafio.

O ano de 1998, à parte o rude golpe sobre o consumo privado, será um ano de notável embate entre o velho e o novo.

O programa do Real II, entretanto, terá que encontrar caminho bem distante do "pacote". A verdadeira transformação começará quando o cidadão puder enxergar seu próprio futuro, dentro do futuro do país: a cidadania perdida ou nunca alcançada. Transformar o cidadão em sócio do futuro exige, em primeiro lugar, acabar de vez com a farsa da previdência falida que não acumula capital. É preciso tornar prático o conceito da privatização popular, permitindo

do que milhões de brasileiros tornem-se sócios coletivos das empresas de energia, de telecomunicações, de petróleo, com isso tornando possível uma verdadeira redistribuição patrimonial (pela primeira vez!) no país. Por enquanto, o Governo dito social ou dito neoliberal não ofereceu sequer beiradas ao público nos leilões bilionários do patrimônio público. E por quê? Por causa da pressão das contas públicas, cujo déficit jamais foi estancado. Por isso, a segunda medida do Plano Real II teria que ser um definitivo encontro de contas públicas e, conseqüentemente, a limpeza dos passivos do Governo federal, dos estados e municípios.

E a produção? Esta deve receber a prioridade das prioridades, pela tríplice revolução que ficou faltando ao Real I: a revolução dos impostos, que deverá isentar, tanto quanto possível, o ciclo produtivo; a revolução do trabalho, cuja desoneração de encargos deve ser tão radical quanto corajosa; e a revolução financeira, estimulando-se os fundos mútuos de longo prazo, que financiarão os projetos empresariais a juros decentes. Para isso, basta a lei complementar que regulamenta o sistema financeiro.

O Real II se completará com educação básica financiada universalmente pela bolsa-escola — e com a revolução da saúde, via os *vouchers* de utilização em redes descentralizadas de cobertura de serviços médicos e hospitalares.

Outros aperfeiçoamentos da cidade

nia completarão a arquitetura do Real II, na reformulação do Judiciário, da representação política, pela provisão dos efetivos aparelhos de segurança pública, bem como pelo disciplinamento das dívidas do Governo, na autonomia para o Banco Central.

O Real II é o grande desafio da sociedade brasileira. As idéias para viabilizá-lo estão postas, não carecendo senão dos retoques da coragem política e da articulação em torno de sua aprovação e implementação. Sem o Real II, o câmbio atual se tornará insustentável, tornando-se inviável sua conversibilidade.

Mas com o novo regime fiscal e patrimonial, o Brasil surpreenderá, saindo desta breve crise para crescer muito mais intensamente que no Real I, e com notáveis progressos de distribuição da riqueza social. Não é hora de chorar rei morto. O povo tem pressa de chegar ao seu sempre adiado futuro, ao exercício de uma verdadeira cidadania política e econômica.

PAULO RABELLO DE CASTRO é vice-presidente do Instituto Atlântico.

Claudio Duarte

